

TRANSPARÊNCIA BRASIL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Transparência Brasil

A/C: Diretores

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transparência Brasil (Entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 01 de março de 2023.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Carlos Cristiano Poltronieri".

Carlos Cristiano Poltronieri

Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9

Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda.

CRC 2SP010626/O-4

Transparência Brasil
Demonstração do Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020
Em reais

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	613.706	518.149	Fornecedores	6	133.132	78.536
Adiantamentos Fornecedores		26.213	14.369	Recursos de Projetos em Execução	7	320.330	270.261
Tributos a Recuperar		530	-	Total do passivo		453.462	348.797
		640.449	532.518				
Ativo não circulante				Patrimônio Social			
Imobilizado	4	14.060	21.403	Patrimônio Social		225.895	189.852
Intangível	5	15.820	35.820	Superávit ou Déficit Acumulado		(9.028)	51.092
		29.880	57.223	Total do Patrimônio social		216.867	240.944
Total do Ativo		670.329	589.741	Total do Passivo e Patrimônio social		670.329	589.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020
Em reais

	Nota	2021	2020
Doações e Recursos de Projetos	8	1.162.117	865.765
Taxa Administração de Fundos	8	14.134	14.134
Resultado financeiro	11	8.382	2.837
Superávit Bruto		1.184.633	882.736
Despesas com Pessoa Jurídica	9	(1.068.004)	(746.144)
Despesas Gerais e Administrativas	10	(125.657)	(85.499)
Despesas Operacionais		(1.193.661)	(831.644)
Superávit / Déficit líquido do exercício		(9.028)	51.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020
Em reais

	Nota	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit Acumulado	Ajuste de Exercício Anterior	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2019		629.285	140.101	(579.534)	189.852
Superávit / Déficit do Exercício		-	51.092	-	51.092
Aumento do Patrimônio Social		140.101	(140.101)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		769.386	51.092	(579.534)	240.944
Superávit / Déficit do Exercício		-	(9.028)	-	(9.028)
Aumento do Patrimônio Social		51.092	(51.092)	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	12	-	-	(15.049)	(15.049)
Em 31 de dezembro de 2021		820.478	(9.028)	(594.583)	216.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020
Em reais

	2021	2020
Superávit / (Déficit) do Exercício	(9.028)	51.092
Depreciação e amortização	7.343	6.235
Superávit / (Déficit) ajustado	(1.685)	57.327
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamentos fornecedores	(11.843)	(7.369)
Tributos a recuperar	(530)	-
Fornecedores	54.595	9.366
Recursos de projetos em execução	55.020	16.331
Caixa gerado nas operações	97.242	18.328
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	95.557	75.655
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição/ baixas de ativo imobilizado	-	(11.987)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	-	(11.987)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	95.557	63.668
Caixa e equiv. de caixa no início do período	518.149	454.481
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	613.706	518.149
Variação no caixa e equivalente de caixa	95.557	63.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Transparência Brasil é uma associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada a promover a defesa do interesse público, por meio da edificação da integridade do Estado Brasileiro, e o combate a corrupção, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e do processo democrático.

Para cumprimento de suas finalidades a Transparência Brasil observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, e da eficiência e poderá desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Estabelecer redes, parcerias e intercâmbios com organizações não governamentais, universidades, poder público e outras entidades, facilitando a atuação desses órgãos e da sociedade civil, no âmbito nacional e internacional;
- Participar da criação, organização e atuação de entidades locais, internacionais e fóruns que tenham como objetivo a promoção do combate a corrupção;
- Apoiar pessoas, grupos, movimentos e organizações que lutam por reformas institucionais e conscientização pública;
- Estimular e desenvolver estudos e trabalhos com a finalidade de incentivar a implantação de políticas públicas e atitudes privadas, evitando-se o uso indevido do Poder Público para benefício privado;
- Organizar e divulgar dados sobre a corrupção nas diversas esferas de governo e no setor privado;
- Propor medidas para a defesa do interesse público;
- Promover palestras, debates e encontros com outras instituições sobre o combate a corrupção, bem como estimular a participação dos associados em conferências e fóruns internacionais;
- Ajudar órgãos e entidades ligadas ao Poder Público no planejamento, mobilização de recursos e implantação de projetos de combate a corrupção;
- Divulgar e comunicar informações sobre o trabalho desenvolvido pela Transparência Brasil e outras entidades, além de projetos governamentais de combate a corrupção;
- Desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade em 14 de dezembro de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Políticas Contábeis Adotadas

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, as quais estão previstas na Interpretação "ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros" aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12 e alterações ITG 2002 R1. Naqueles aspectos não abordados pela ITG 2002, a Entidade aplicou a NBCTG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas aprovada pela Resolução CFC Nº 1.255/09.

2.2. Principais Políticas Contábeis Aplicadas na Elaboração Destas Demonstrações Financeiras

Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Uso de estimativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

São os valores que incluem caixa e equivalentes, saldos positivos em contas bancárias em movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata. Estas aplicações financeiras estão com rendimentos reconhecidos até a data de 31/12/2021, não ultrapassando o valor de mercado.

Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Receitas e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado e compreendem receita com juros de aplicações financeiras e despesas bancárias diversas e outros encargos financeiros.

2.3. Novas normativas e pronunciamentos contábeis (IFRS/CPC)

Foram emitidas novas normas, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após. A Entidade avaliou, porém não identificou impactos significativos em suas demonstrações:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (Alteração CPC 27)
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)

- Contratos Onerosos (Alteração ao CPC 25 / IAS 37)
- Classificação do Passivo em Circulante e Não Circulante (Alteração CPC 26 / IAS 01)
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Representado por:

Descrição	2021	2020
Caixa	98	38
Bancos	18	18
Aplicações Financeiras	613.590	518.093
Total	613.706	518.149

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a CDB e Fundo DI cuja rentabilidade foi em média 4,4% a.a.

4. Imobilizado

Representado por:

Descrição	Equipamentos	Móveis e Utensílios	Informática	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.384	2.335	11.932	15.651
Aquisição	11.987	-	-	11.987
Depreciações	(154)	(294)	(5.787)	(6.235)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.217	2.041	6.145	21.403
Aquisição	-	-	-	-
Depreciações	(154)	(294)	(6.895)	(7.343)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.063	1.747	(750)	14.060
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	

A Entidade, no exercício de 2021, ao revisar as estimativas de vidas úteis e valores residuais dos bens do seu ativo imobilizado, constatou que não houve diferenças significativas. Dessa forma, foi mantida a mesma taxa de depreciação anual praticada no exercício social de 2020.

5. Intangível

Representado por:

Descrição	2021	2020
Marcas e Patentes	15.820	15.820
Licença de uso	-	20.000
Total	15.820	35.820

6. Fornecedores

Representado por:

Descrição	2021	2020
Serviços tomados de Pessoa Jurídica	74.442	59.631
Serviços de informática e telecomunicações	28.690	16.470
Serviços contábeis	-	2.435
Outros Fornecedores	30.000	-
Total	133.132	78.536

7. Recursos de Projetos em Execução

Representado por:

Descrição	2021	2020
Projeto Google	-	4.951
Projeto FORD	6.672	3.912
Projeto TINKER	90.521	257.889
Projeto INSTITUTO BETTY JACOB LAFER	30.714	3.509
Projeto RAC - NED	116.865	-
Projeto CHATBOT AEP - RACI CANADÁ	26.213	-
Projeto GALO DA MANHÃ	49.345	-
Total	320.330	270.261

8. Doações e Recursos de Projetos

Representado por:

Descrição	2021	2020
Pessoa Jurídica	1.114.044	838.903
Taxa Administração de Fundos	14.134	14.134
Pessoas Físicas	48.074	26.862
Total	1.176.252	879.899

(a) As doações realizadas por pessoa jurídica constam demonstradas no quadro a seguir:

Transparência Brasil
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020
Em reais

Descrição	2021	2020
Ford Foundation	383.019	233.867
Abril S.A.	-	6.141
United Nations Democracy Fund (UNDEF)	-	2.018
Facebook Inc.	-	19.033
Tinker Foundation	373.792	489.212
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	-	16.600
The International Center for Not-for-Profit Law (ICNL)	38.851	65.541
Instituto Betty & Jacob Lafer	113.194	6.491
RAC - NED	52.745	-
CHATBOT AEP - RACI CANADÁ	21.788	-
Galo da Manhã	130.655	-
Total	1.114.044	838.903

9. Despesas com Pessoas Jurídicas

Representado por:

Descrição	2021	2020
Diretor Executivo	(188.680)	(175.500)
Analistas	(248.025)	(225.736)
Gerentes de Projetos	(115.800)	(93.825)
Diretora de Operações	(155.766)	(133.900)
Consultoria	(127.606)	-
Coordenador de Projetos	(54.664)	-
Redatores	(2.528)	-
Contabilidade	(15.984)	(21.377)
Auditoria	(16.703)	(7.430)
Programador	-	(7.000)
Desenvolvimento de Plataforma	(142.248)	(81.376)
Total	(1.068.004)	(746.144)

10. Despesas Gerais e Administrativas

Representado por:

Descrição	2021	2020
Estagiários	(30.479)	(6.384)
Despesas com comunicação e tecnologia	(35.396)	(26.488)
Despesas com transportes e viagens	(2.555)	(780)
Despesas gerais de escritório	(15.538)	(208)
Despesas de aluguel	(27.604)	(28.286)
Despesas com depreciação	(7.343)	(6.235)
Outros custos operacionais	(6.182)	(16.272)
Despesas com devolução	-	(731)
Despesa com correio	(560)	(115)
Total	(125.657)	(85.499)

11. Resultado Financeiro

Representado por:

Descrição	2021	2020
Receitas Financeiras:	12.113	7.995
Juros com aplicações financeiras	12.113	7.995
Despesas Financeiras:	(3.731)	(5.158)
Encargos e taxas diversas	(3.731)	(2.139)
Impostos financeiros	-	(3.019)
Resultado Financeiro Líquido	8.382	2.837

12. Ajuste de Exercício Anterior

O montante de R\$ 15.049 registrado em Ajuste de Exercícios Anteriores é composto pelos seguintes valores:

- R\$ 4.951 de saldo de projetos de anos anteriores pendente de baixa;
- R\$ 20.000 referente a software para o qual sua utilização foi descontinuada.

13. Projeto RAC NE

Os Gastos auferidos pelo Projeto Chatbot Aep - Raci Canadá foram reconhecidos em conformidade com o princípio da competência, observando a sua realização, atendendo a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1).

Assim sendo as despesas iniciais foram realizadas neste exercício, sendo parte do caixa e equivalentes utilizados para a execução do mesmo, mas os recursos foram creditados somente em 2022, levando tais operações antecipadas ao resultado deficitário de R\$ 9.028,27, conforme observado na demonstração de superavit/déficit.

Os recursos para 2022 para a execução do projeto estão indicados na conta de “Projeto a Apropriar” no valor de R\$ 26.212,70.

14. Outros Assuntos

Em decorrência de seu enquadramento como Entidade sem fins Lucrativos, a Transparência Brasil goza de benefícios como isenção de Imposto de Renda e Contribuição Social, pagamento do PIS calculado à 1% sobre a folha de pagamento e isenção do pagamento da COFINS sobre as atividades próprias.
